



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL

Ano de 2025



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

Índice

1. Enquadramento	3
2. Caracterização da Direção Regional	4
2.1. Enquadramento legal	4
2.2. Competências	4
2.3. Estrutura orgânica	6
3. Avaliação do PPR	8
3.1. Metodologia	8
3.2. Avaliação anual	8
3.3. Implementação de medidas	9
3.4. Formação	10
3.5. Controlo interno	10
3.6. Canal de denúncia	11
4. Conclusão	12
ANEXO I	13



1. Enquadramento

O plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (PPR) da Direção Regional das Comunicações e da Transição Digital (DRCTD) foi aprovado a 24 de outubro de 2022 pelo Diretor Regional das Comunicações e da Transição Digital, na qualidade de dirigente máximo da DRCTD.

O referido PPR, em virtude das alterações orgânicas ocorridas, a designação de novas chefias, bem como a necessidade de reanálise dos riscos e medidas preventivas, foi objeto de atualização e revisão, resultando em um novo PPR, aprovado a 23 de abril de 2025.

O PPR foi publicado na área dedicada à DRCTD no Portal do Governo e enviado para Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência e para o Mecanismo Nacional Anticorrupção, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que estabelece o regime geral de prevenção da corrupção (RGPC).

O acompanhamento da execução do PPR e elaboração do presente relatório de avaliação anual resulta da colaboração e articulação das unidades orgânicas da DRCTD, sendo os dirigentes responsáveis pela aplicação das medidas preventivas propostas para as respetivas unidades orgânicas/áreas.

Para o efeito, os dirigentes da DRCTD prestaram informação quanto ao grau de implementação das medidas contidas no PPR com vista à minimização dos riscos identificados, bem como quanto à identificação de novos riscos eventualmente detetados, impacto e propostas de mitigação.



2. Caracterização da Direção Regional

2.1. Enquadramento legal

A DRCTD é o serviço executivo da Vice-Presidência do Governo Regional que concretiza a política regional nos domínios das comunicações, sistemas e tecnologias de informação, transição digital, desenvolvimento e promoção da sociedade da informação e cibersegurança, nos termos conjugados dos seguintes diplomas:

- Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2024/A, de 11 de abril, que aprova a orgânica do XIV Governo Regional dos Açores;
- Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2025/A, de 22 de janeiro, que aprova a orgânica e quadro do pessoal dirigente e de chefia da Vice-Presidência do Governo Regional.

2.2. Competências

A DRCTD é um serviço dotado de autonomia administrativa que, por força da sua lei orgânica, desenvolve as seguintes competências, em conformidade com os diplomas supramencionados:

- Coadjuvar e apoiar o Vice-Presidente na definição e estruturação das políticas, programas, medidas e objetivos em matéria de comunicações, sistemas e tecnologias de informação, transição digital, desenvolvimento e promoção da sociedade da informação e cibersegurança;
- Propor e apoiar na definição das principais opções em matéria orçamental e assegurar a articulação entre os diversos instrumentos de planeamento e de previsão orçamental, em colaboração com outros organismos do setor, na Região Autónoma dos Açores, sem prejuízo das atribuições destes;
- Propor e elaborar projetos e propostas de diplomas legais e, ou, regulamentares em matéria de comunicações, transição digital, desenvolvimento e promoção da sociedade da informação e cibersegurança, bem como emitir parecer em iniciativas legislativas e, ou, regulamentares sobre aquelas;
- Assegurar a execução e avaliação do plano de investimento e demais orçamentos sob a sua responsabilidade;
- Propor e executar os mecanismos de financiamento adequados à execução das políticas regionais em matéria de comunicações, transição digital, desenvolvimento da sociedade da informação e cibersegurança;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

- Inventariar as necessidades e os meios no âmbito dos sistemas de informação, das infraestruturas, das redes de comunicações e da cibersegurança, em articulação com as entidades da administração pública regional;
- Coordenar, planear e desenvolver políticas e medidas que facilitem e promovam a eficiência e eficácia na prestação de serviços de comunicações, transição digital, desenvolvimento e promoção da sociedade da informação e cibersegurança, nos diversos serviços da administração pública regional;
- Coordenar, em articulação com os diversos departamentos e serviços da administração pública regional, os planos, projetos e ações no âmbito da transição digital;
- Propor, desenvolver e executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a economia, a eficiência e segurança na gestão e funcionamento das infraestruturas de rede e comunicações, dos centros de dados, e dos demais sistemas de informação da administração pública regional;
- Emitir parecer sobre propostas de aquisição de serviços, sistemas, aplicações e equipamentos, no âmbito dos sistemas de informação e da segurança, das redes informáticas e de comunicações e da transição digital, para a administração pública regional;
- Financiar ou cofinanciar programas e projetos de transição digital da sociedade, da economia e da administração pública regional, acompanhando a sua execução;
- Proceder à aquisição de bens móveis e serviços para a Presidência do Governo Regional, adiante designado de PGR, e para a VPGR, ou de utilização transversal às entidades da administração pública regional, relacionados com as áreas de competência da DRCTD;
- Executar o plano de informatização integrada da PGR e VPGR e apoiar, no domínio da informática, os diversos órgãos e serviços que a integram;
- Assegurar a operacionalidade, disponibilidade, adequação e segurança dos sistemas informáticos da PGR e VPGR e das demais entidades da administração pública regional que estejam suportados em infraestruturas de utilização transversal;
- Diligenciar contactos com os demais serviços e organismos da administração pública regional e central, com vista à permuta de publicações, partilha e consolidação de informação, de conhecimento e de experiências, nos domínios dos sistemas da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

informação, das comunicações, transição digital, desenvolvimento e promoção da sociedade da informação e cibersegurança;

- Promover, propor, apoiar e participar em projetos, ações e eventos no âmbito das comunicações, transição digital, desenvolvimento e promoção da sociedade da informação e cibersegurança;
- Representar a Região Autónoma dos Açores nas organizações e grupos de trabalho regionais, nacionais e europeus, no âmbito das comunicações, transição digital, desenvolvimento e promoção da sociedade da informação e cibersegurança;
- Promover a articulação e cooperação com a Autoridade Nacional das Comunicações, o Centro Nacional de Cibersegurança e as demais entidades nacionais e europeias, no âmbito das comunicações, da cibersegurança e da transição digital;
- Emitir parecer e participar na regulamentação e no processo de licenciamento no sector das telecomunicações, dos serviços postais, da cibersegurança e da transição digital;
- Assegurar a realização de outras tarefas que, no âmbito da sua área de competências, lhe sejam distribuídas ou cometidas à sua responsabilidade.

2.3. Estrutura orgânica

A DRCTD é dirigida por um diretor regional, cargo de direção superior de 1.º grau, e encontra-se organizada da seguinte forma:

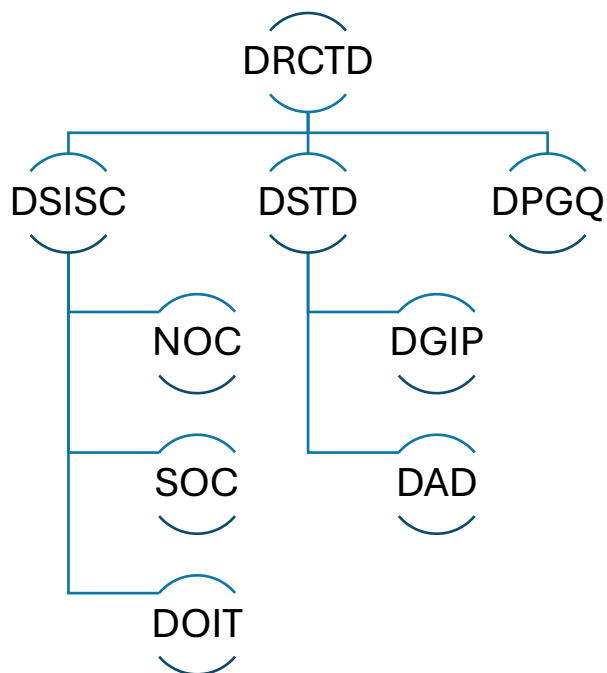
- Direção de Serviços de Infraestruturas, Sistemas e Cibersegurança (DSISC), dirigida por um diretor de serviços, cargo de direção intermédia de 1.º grau, que integra:
 - Divisão de Administração de Sistemas e Infraestruturas (NOC), dirigida por um chefe de divisão, cargo de direção intermédia de 2º grau;
 - Divisão de Cibersegurança (SOC), dirigida por um chefe de divisão, cargo de direção intermédia de 2º grau;
 - Divisão de Operações da Ilha Terceira (DOIT), dirigida por um chefe de divisão, cargo de direção intermédia de 2º grau.
- Direção de Serviços da Transição Digital (DSTD), dirigida por um diretor de serviços, cargo de direção intermédia de 1.º grau, que integra:
 - Divisão de Gestão Integrada de Projetos (DGIP), dirigida por um chefe de divisão, cargo de direção intermédia de 2º grau;
 - Divisão da Autonomia Digital (DAD), dirigida por um chefe de divisão, cargo de direção intermédia de 2º grau.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

- Divisão de Planeamento, Gestão e Qualidade (DPGQ), dirigida por um chefe de divisão, cargo de direção intermédia de 2º grau.

Em seguida, apresenta-se o organograma que esquematiza a estrutura da DRCTD.





3. Avaliação do PPR

3.1. Metodologia

A presente avaliação anual da execução do PPR foi desenvolvida em colaboração com os dirigentes das unidades orgânicas da DRCTD com responsabilidade pela execução do PPR no âmbito das competências acometidas aos respetivos serviços e atividades desenvolvidas pelos mesmos.

A avaliação das medidas preventivas e do respetivo grau de adoção visou compreender e analisar adequadamente as mesmas e a capacidade para evitar a ocorrência dos riscos que motivaram a sua adoção.

Ademais, a metodologia para a avaliação assentou na recolha e análise da informação facultada pelos dirigentes tendo por base os indicadores: execução (adotada, não adotada ou parcialmente adotada) e eficácia (eficaz ou não eficaz).

Para o efeito, foi solicitado aos dirigentes a informação relativa ao estado e grau de adoção das medidas previstas no PPR e à previsão da implementação das medidas que não se encontram plenamente adotadas.

De igual modo, solicitou-se a identificação de eventuais medidas que se revelaram desadequadas ou cuja adoção foi condicionada.

Neste enquadramento, foi criada uma matriz tendo por base a matriz de risco constante no PPR, para registo do estado das medidas preventivas, no que concerne à sua adoção e eficácia.

3.2. Avaliação anual

No âmbito da avaliação anual do PPR foram contabilizadas as principais atividades gerais e dos dirigentes, bem como as competências / atividades adstritas a cada unidade orgânica da DRCTD, assim como os riscos e a sua classificação.

A informação sobre o total de riscos identificados e a sua classificação, bem como o número de medidas preventivas delineadas, encontra-se resumida na tabela seguinte.

U. Orgânica/ Área	Nº Principais atividades	Nº Riscos Identificados	Classificação o dos riscos			Nº de Medidas Preventivas
			Fraco	Moderado	Elevado	
DRCTD (Geral)	1	4	4	-	-	7
Dirigentes	3	6	-	6	-	15



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

U. Orgânica/ Área	Nº Principais atividades	Nº Riscos Identificados	Classificação o dos riscos			Nº de Medidas Preventivas
			Fraco	Moderado	Elevado	
DRCTD/ Contratação Pública	6	13	4	9	-	19
DRCTD / Projetos cofinanciados	1	7	-	7	-	10
DRCTD/ Regulamentos e normativos	1	3	3	-	-	5
DPGQ / Expediente, arquivo e documentação	1	7	7	-	-	8
DPGQ / Financeira e Recursos Humanos	3	23	14	9	-	44
DSISC	10	24	5	19	-	33
DSTD	4	21	21	-	-	28
Total	30	108	58 [53,7%]	50 [46,3%]	0 [0%]	170

Verifica-se 53,7% dos riscos identificados correspondem a um nível de classificação “Fraco” e 46,3% a “Moderado”.

3.3. Implementação de medidas

Considerando o disposto no ponto referente à metodologia, em termos absolutos, as medidas preventivas encontram-se maioritariamente implementadas conforme se verifica na tabela em baixo.

U. Orgânica/ Área	Nº de Medidas Preventivas	Execução			Eficácia		
		Adotada	Não adotada	Parcial/ adotada	Eficaz	Não Eficaz	Parcial/ eficaz
DRCTD (Geral)	8	6	-	2	6	-	2
Dirigentes	15	14	-	1	14	-	1
DRCTD/ Contratação Pública	19	18	1	-	18	1	-
DRCTD / Projetos cofinanciados	10	10	-	-	10	-	-
DRCTD/ Regulamentos e normativos	5	4	1	-	4	1	-
DPGQ / Expediente, arquivo e documentação	8	8	-	-	8	-	-
DPGQ / Financeiro e Recursos Humanos	44	43	-	1	43	-	1
DSISC	33	28	-	5	28	-	5
DSTD	28	27	-	1	27	-	1
Total	170	158 [92,9%]	2 [1,2%]	10 [5,9%]	158	2	10

A larga maioria das medidas preventivas foi adotada (92,9%), enquanto 5,9% das medidas foram parcialmente adotadas e 1,2% não foram adotadas. De entre os motivos que justificam a não adoção ou adoção parcial das medidas, destaca-se a necessidade de promover uma maior frequência de ações de formação, nem sempre disponibilizadas pelo



CEFAPA, bem como a dificuldade ou até, em alguns casos, a impossibilidade de alocar ou apoiar com mais recursos a realização e concretização das medidas propostas.

A tabela em anexo ao presente relatório (Anexo I) detalha a implementação das medidas e a justificação para a sua implementação parcial ou não adoção.

3.4. Formação

A formação, não só no âmbito das temáticas da boa administração e gestão, mas também no âmbito das atividades e competências técnicas dos recursos da DRCTD, assume um papel fundamental na garantia de maior conformidade, integridade e rigor na prossecução dos objetivos e atribuições da DRCTD.

No que concerne à formação profissional, em 2025, os trabalhadores desta Direção Regional efetuaram um total de 142 formações, sobretudo nas áreas de sistemas e tecnologias de informação, em consonância com as competências da DRCTD. O número médio de ações de formação por trabalhador cifrou-se em 4,9.

3.5. Controlo interno

A DRCTD promove políticas que garantem a eficácia e a melhoria contínua dos sistemas de gestão e prevenção de riscos. Assim, e para além da avaliação do PPR e dos riscos nele previstos, esta Direção Regional promove sistemas de controlo específicos nas suas áreas de atividade, através de adoção de políticas internas, métodos e procedimentos, bem como a verificação do cumprimento das disposições legais aplicáveis.

Com efeito, para além de promover o cumprimento dos normativos e diplomas externos que regulam as atividades desenvolvidas e o devido reporte a entidades externas, a DRCTD desenvolve, internamente, ferramentas e instrumentos, tais como manuais de procedimentos, circulares e orientações que são essenciais para garantir que o controlo, a auditabilidade, e a monitorização e melhora contínua. Destacam-se a implementação de um conjunto de medidas, tais como: a revisão e divulgação código de ética e conduta; manuais de procedimentos, checklists e circulares que assentam num conjunto de diretrizes e orientações direcionadas às diversas atividades das áreas técnicas da DRCTD para garantir a uniformização e compliance; e controlos na contratação pública, projetos cofinanciados e na contabilidade.



O compromisso com a transparência e a boa governação reflete-se ainda na articulação entre estas políticas e os instrumentos de gestão estratégica da DRCTD, como o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e o Plano de Atividades anual. Estes documentos asseguram o alinhamento das ações da entidade com os objetivos definidos, promovendo uma cultura de responsabilidade e integridade.

3.6. Canal de denúncia

O Canal de Denúncia do Governo Regional dos Açores, disponível em <https://canaldenuncias.azores.gov.pt/portal/pt/home>, configura-se como um importante instrumento para o despiste de todo o tipo de irregularidades e desconformidades e permite recolher elementos válidos e importantes quanto à matéria em causa. No âmbito do RGPC este é um instrumento que atua, também, na promoção da integridade, rigor e ética e na prevenção de corrupção e infrações conexas.

Neste âmbito, cumpre, pois, informar que, relativamente à DRCTD, e no ano de 2025, não foi registada ou reencaminhada qualquer ocorrência ou denúncia através do referido canal ou por qualquer outro meio.



4. Conclusão

A DRCTD reconhece no PPR um instrumento essencial para assegurar a integridade e a transparência na prossecução das suas atividades, permitindo a monitorização e mitigação de riscos, não apenas no próprio organismo, mas também, de forma mais ampla, no contexto do Governo Regional dos Açores, dada a natureza transversal das atividades desta Direção Regional.

A implementação das medidas preventivas previstas no plano, bem como a sua monitorização, constituem um processo contínuo que exige cooperação e comunicação eficaz entre as diversas unidades orgânicas da DRCTD.

Considerando os resultados evidenciados no relatório de avaliação anual, e à semelhança de anos anteriores, e não obstante a maioria das medidas já se encontrar implementada, é importante promover a sua adaptação contínua e a operacionalização das medidas que ainda não estão totalmente efetivadas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

ANEXO I



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

Unidade orgânica/área	Principais atividades	Riscos identificados	Classificação do risco	Medidas preventivas	Adoção da medida	Eficácia da medida	Medidas corretivas a adotar / Obs.	Prazo de imp.
DRCTD	Geral	§ Conflitos de interesses e corrupção e infrações conexas, em geral	Fraco	§ Divulgação código de ética e conduta	Sim	Eficaz	Código revisto e divulgado.	
		§ Risco de quebra dos deveres funcionais e valores, nomeadamente, a imparcialidade, transparência, objetividade, responsabilidade e confidencialidade		§ Declaração de inexistência de conflito de interesses	Sim	Eficaz	Declarações assinadas por todos os trabalhadores.	
		§ Acumulação de funções com conflitos de interesses		§ Declaração de acumulação de funções, quando aplicável	Sim	Eficaz		
		§ Conhecimentos técnicos desatualizados face a novas exigências técnicas e a nova legislação/regulamentação		§ Promover ações de sensibilização e de formação	Parcialmente adotada	Parcialmente eficaz	Não obstante a revisão do Código, importa promover a frequência de ações de formação.	Contínuo
				§ Acompanhamento e supervisão pelos dirigentes e coordenadores do cumprimento dos princípios e normas éticas relativos a cada função	Sim	Eficaz		
				§ Criação de medidas que visem prevenir a quebra do sigilo, nomeadamente, acesso restritivo aos processos nas suas diferentes fases	Sim	Eficaz		
				§ Segregação de funções nas várias áreas	Sim	Eficaz		
			Fraco	§ Proposta de formações profissionais do CEFAPA, bem como formações convenientes às exigências de serviço	Parcialmente adotada	Parcialmente eficaz	Os trabalhadores frequentaram formações, incluindo a Orientação para o Serviço Público, definida como obrigatória.	Contínuo
Dirigentes	Decisão	§ Falta de competência para a prática do ato decisório	Moderado	§ Subscrição do código de ética e conduta	Sim	Eficaz		
		§ Abuso de poder/favorecimento indevido		§ Declaração de inexistência de conflito de interesses	Sim	Eficaz		
		§ Falta de fundamentação		§ Verificar a conformidade legal e a regularidade da decisão	Sim	Eficaz		
				§ Obrigatoriedade de registos e evidências	Sim	Eficaz		
				§ Estrutura hierarquizada de decisão, com a consequente análise das matérias em diferentes níveis: do técnico responsável ao decisor	Sim	Eficaz		
	Emissão de pareceres no âmbito das suas competências e atividades	§ Influenciar / condicionar pareceres; abuso de poder; falta de isenção	Moderado	§ Subscrição do código de ética e conduta	Sim	Eficaz		
		§ Ausência de resposta		§ Declaração de inexistência de conflito de interesses	Sim	Eficaz		
				§ Implementar normas técnicas para uniformização de procedimentos	Sim	Eficaz		
				§ Estrutura hierarquizada de decisão, com a consequente análise das matérias em diferentes níveis: do técnico responsável ao decisor	Sim	Eficaz		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

			§ Promover ações de sensibilização e de formação	Parcialmente adotada	Parcialmente eficaz	Promover uma maior frequência de ações de formação nesta matéria.	Contínuo
	Prestação de contas	§ Inadequada qualidade e fidedignidade da prestação de contas e informação contabilística	Moderado	§ Cumprimento dos normativos legais	Sim	Eficaz	
				§ Conferência da informação intermédia e final	Sim	Eficaz	
				§ Segregação de funções	Sim	Eficaz	
				§ Controlo de prazos	Sim	Eficaz	
				§ Controlo e validação hierárquica	Sim	Eficaz	
DRCTD/ Contratação Pública	Elaboração e tramitação de procedimentos no âmbito da contratação pública	§ Incumprimento do dever de sigilo	Moderado	§ Cumprimento do regime de contratação pública	Sim	Eficaz	
		§ Incumprimento do dever de imparcialidade		§ Procedimentos que tenham em conta as boas práticas recomendadas e os princípios da concorrência, transparência e igualdade, em matéria de contratação pública	Sim	Eficaz	
		§ Incumprimento das regras procedimentais e do regime de contratação pública		§ Medidas de uniformização de procedimentos / checklist de verificação	Sim	Eficaz	
		§ Insuficiente justificação do tipo de procedimento adotado quando restritivo da concorrência e fracionamento da despesa		§ Utilização da plataforma eletrónica de contratação pública adotada pelo GRA	Sim	Eficaz	
				§ Promover ações de sensibilização e de formação	Sim	Eficaz	
	Definição de requisitos	§ Indefinição de critérios, normativos e/ou técnicos / cláusulas técnicas restritivas	Fraco	§ Monitorização dos modelos de contratação pública fazendo atualizações em função de verificação de necessidade de alterações	Sim	Eficaz	
	Júri / gestor do contrato	§ Situações de conflitos de interesses na contratação pública	Fraco	§ Seleção adequada e rotatividade dos júris / gestor, assegurando a isenção e imparcialidade	Sim	Eficaz	
				§ Assinatura de DICI	Sim	Eficaz	
	Fornecedores	§ Adjudicação sem verificação das situações e impedimentos previstos na Lei	Fraco	§ Cumprimento do regime de contratação pública	Sim	Eficaz	
				§ Exigência de documentos de habilitação que comprovem as situações e devida verificação	Sim	Eficaz	
				§ Elaboração de "checklist" a preencher em situações dúbias para verificação e controlo de situações de conluio	Sim	Eficaz	
	Publicitação e reporte	§ Ausência de publicitação e reporte	Fraco	§ Medidas de uniformização de procedimentos / checklist	Sim	Eficaz	
		§ Incumprimento de regras internas que uniformizam a gestão de contratos	Fraco	§ Divulgação código de ética e conduta	Sim	Eficaz	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

	Gestão de contratos e faturação	§ Inexistência de sistema/regras de acompanhamento e reação relativamente ao cumprimento defeituoso e incumprimento do contrato		§ Promover ações de sensibilização e de formação	Não adotada		Promover uma maior frequência de ações de formação nesta matéria.	Contínuo
		§ Existência de falhas no controlo de custos do contrato e/ou faturação indevida		§ Gestor de contrato nomeado para cada contrato que assina DICI	Sim	Eficaz		
		§ Aquisição de vantagens por parte dos responsáveis pela execução contratual		§ Confirmação registada da receção dos bens e serviços adquiridos	Sim	Eficaz		
		§ Aceitação ou solicitação indevida de qualquer forma de pagamento ou outro benefício que possa pôr em causa a liberdade de ação		§ Obrigatoriedade do gestor do contrato de confirmação com as respetivas exigências contratuais e de monitorizar e denunciar todos os parâmetros do contrato	Sim	Eficaz		
				§ Despesas processadas apenas após validação do gestor	Sim	Eficaz		
				§ Segregação de funções entre validação e processamento das despesas	Sim	Eficaz		
DRCTD / Projetos com financiamento comunitário	Elaboração e gestão projetos e candidaturas a programas de financiamento comunitário	§ Conhecimentos técnicos desatualizados face a novas exigências técnicas e legislação/regulamentação aplicável no âmbito dos projetos comunitários	Moderado	§ Promover ações de sensibilização e de formação	Sim	Eficaz		
		§ Violação dos deveres de imparcialidade, isenção e zelo		§ Divulgação código de ética e conduta	Sim	Eficaz		
		§ Ausência ou deficiente fundamentação ou manipulação de candidaturas e despesas para efeitos de elegibilidade e aprovação		§ Segregação de funções	Sim	Eficaz		
		§ Não divulgação de apoios financeiros		§ Cumprimento da legislação e dos regulamentos em vigor	Sim	Eficaz		
		§ Conflitos de interesse		§ Registo documental e acompanhamento contínuo dos resultados contratualizados e das condições fixadas a cada projeto	Sim	Eficaz		
		§ Procedimentos irregulares que possam favorecer entidades externas ou trabalhadores		§ Checklist de verificação de cumprimento de requisitos e procedimentos de controlo	Sim	Eficaz		
		§ Perda de financiamento ou aplicação de sanções		§ Obrigatoriedade de publicação e reporte, conforme legalmente definido, de apoios financeiros recebidos e concedidos	Sim	Eficaz		
				§ Articulação com as autoridades competentes na matéria	Sim	Eficaz		
				§ Todos os procedimentos são verificados e validados superiormente	Sim	Eficaz		
				§ Todas as despesas são fiscalizadas pelas entidades competentes, de forma a garantir a sua validade e elegibilidade	Sim	Eficaz		
DRCTD/ Regulamentos e normativos	Elaboração de regulamentos e normativos; ou relatórios no âmbito da	§ Inadequação da informação	Fraco	§ Promover ações de sensibilização e de formação	Não adotada		Promover uma maior frequência de ações de formação nesta matéria.	Contínuo
		§ Favorecimento pessoal ou de terceiros		§ Divulgação código de ética e conduta	Sim	Eficaz		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

	atividade da DRCTD	§ Violação dos deveres de imparcialidade, isenção e zelo		§ Segregação de funções	Sim	Eficaz		
				§ Cumprimento da legislação aplicável	Sim	Eficaz		
				§ Estrutura hierarquizada de decisão, com a consequente análise das matérias em diferentes níveis: do técnico responsável ao decisor	Sim	Eficaz		
DPGQ / Expediente, arquivo e documentação	Expediente, arquivo e documentação	§ Violação do dever de zelo e isenção	Fraco	§ Frequência de ações de formação	Sim	Eficaz		
		§ Quebra de sigilo e proteção de dados, incluindo dados pessoais.		§ Divulgação código de ética e conduta	Sim	Eficaz		
		§ Uso indevido de informação e/ou divulgação de informação confidencial		§ Segregação de funções	Sim	Eficaz		
		§ Omissão de informação relevante em arquivo		§ Registo da informação em arquivo com acessos controlados	Sim	Eficaz		
		§ Risco de perda de documentos e de informação, por ação humana ou causas naturais		§ Realização de ações periódicas de controlo do cumprimento das regras de gestão documental e arquivo	Sim	Eficaz		
		§ Inadequado arquivo e acesso à documentação		§ Registo de entrada e saída de todos os documentos em SGC com permissões controladas	Sim	Eficaz		
		§ Extravio ou alteração de documentos		§ Medidas de segurança no acesso ao arquivo	Sim	Eficaz		
				§ Acompanhamento e supervisão da atividade pelos superiores hierárquicos.	Sim	Eficaz		
DPGQ / Financeiro e Recursos Humanos	Gestão financeira e contabilística	§ Processamento contabilístico e registo de faturas e outros documentos e contabilização dos mesmos em GERFIP de forma incorreta	Moderado	§ Registo de todos os procedimentos de realização de ação no sistema de informação Gerfip	Sim	Eficaz		
		§ Aplicação indevida de princípios contabilísticos		§ Verificações periódicas dos registos em Gerfip	Sim	Eficaz		
				§ Cumprimento das circulares da DROT e demais entidades competentes	Sim	Eficaz		
				§ Utilização da aplicação contabilística e financeira da administração regional	Sim	Eficaz		
				§ Procedimentos que tenham em conta as boas práticas financeiras e de contabilidade Pública	Sim	Eficaz		
				§ Segregação de funções	Sim	Eficaz		
				§ Articulação e monitorização com as entidades competentes na conferência	Sim	Eficaz		
		§ Existência de conluio entre os intervenientes e de eventual corrupção entre os mesmos, participação económica em negócio	Fraco	§ Fundamentação devida da necessidade das aquisições com aprovação pelo órgão competente para autorização	Sim	Eficaz		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

	§ Deficiente ou inadequada condução dos processos de encomenda de bens e serviços		§ Despistagem de valores contratados anormalmente elevados e verificação de eventual concentração nos mesmos fornecedores	Sim	Eficaz		
	§ Aquisições de bens e serviços não enquadradas em planeamento		§ Monitorização das aquisições de bens e serviços	Sim	Eficaz		
	§ Pagamento de despesas não documentadas	Moderado	§ Prévia validação pela área / unidade orgânica adquirente da fatura do fornecedor ou do gestor do contrato	Sim	Eficaz		
	§ Assunção e pagamento de despesas sem prévia cabimentação e respetiva autorização		§ Supervisão que garanta a autorização prévia ao pagamento pelo órgão com competência para o efeito	Sim	Eficaz		
	§ Manipulação e/ou omissão de informação de modo a facilitar o pagamento de valores indevidos, suborno e peculato		§ Ações periódicas de controlo e monitorização para cruzamento entre os registos contabilísticos e os elementos tangíveis/intangíveis das operações	Sim	Eficaz		
	§ Pagamentos indevidos a terceiros relativamente a situações não previstas nos contratos		§ Verificações periódicas dos registos em Gerfip	Sim	Eficaz		
	§ Efetivação de pagamentos sem a devida autorização prévia		§ Registo de todos os procedimentos de realização de ação no sistema de informação Gerfip	Sim	Eficaz		
			§ Controlo por parte de entidades como a DROT, TC, IGF, etc.	Sim	Eficaz		
	§ Manipulação de inventários de imobilizado propiciando o furto ou apropriação de bens para proveito próprio	Fraco	§ Registo de todos os procedimentos de realização de ação no sistema de informação Gerfip	Sim	Eficaz		
			§ Cumprimento dos normativos sobre inventários e abate de bens	Sim	Eficaz		
			§ Garantir o levantamento e inventário por localização dos bens adquiridos, com conferência periódica e aleatória dos mesmos garantindo a segregação de funções	Sim	Eficaz		
	§ Retenções indevidas nos pagamentos	Fraco	§ Verificação das retenções efetuadas e seu enquadramento legal / fiscal	Sim	Eficaz		
	§ Atrasos nos pagamentos	Fraco	§ Cumprimento das orientações no pedido de libertação de crédito e envio de pedidos de autorização de pagamentos	Sim	Eficaz		
			§ Controlo de prazos	Sim	Eficaz		
Vencimentos	§ Processamento de vencimentos, retenções e abonos de trabalhadores de forma incorreta ou adulteração	Fraco	§ Registo de todos os procedimentos de realização de ação no sistema de informação SIGRHARA e Gerfip	Sim	Eficaz		
	§ Pagamentos indevidos ou não pagamentos dos descontos da entidade patronal e dos trabalhadores		§ Conferência pelos serviços e segregação de funções	Sim	Eficaz		
			§ Conferência das folhas de vencimentos pela Delegação de Contabilidade Pública	Sim	Eficaz		
			§ Consulta dos trabalhadores do recibo de vencimentos	Sim	Eficaz		
			§ Cruzamento de dados e reporte às entidades IRS, ADSE, CGA, etc.	Sim	Eficaz		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

			§ Controlo de prazos	Sim	Eficaz		
Gestão de recursos humanos	§ Risco de acumulação de funções pública ou/e privadas sem autorização e em violação da lei	Fraco	§ Subscrição do Código de ética e conduta	Sim	Eficaz		
			§ Registo de acumulação de funções autorizadas	Sim	Eficaz		
			§ Cumprimento da legislação aplicável	Sim	Eficaz		
	§ Risco de inadequação do perfil técnico e comportamental ao exercício de funções	Fraco	§ Diagnóstico de necessidades de formação	Parcialmente adotada	Parcialmente eficaz	Adotar um sistema de diagnóstico de necessidades formativas que abranja todos os trabalhadores.	2026
			§ Informação das chefias	Sim	Eficaz		
			§ Adequação das necessidades formativas ao perfil exigido	Sim	Eficaz		
			§ Definição dos perfis para exercício das funções requeridas	Sim	Eficaz		
	§ Violação de sigilo, confidencialidade e proteção de dados	Moderado	§ Subscrição do Código de ética e conduta	Sim	Eficaz		
	§ Partilha de informação sensível		§ Medidas de acesso condicionado nas áreas/arquivo físico e digital de RH	Sim	Eficaz		
			§ Sensibilização e orientações éticas e de conduta	Sim	Eficaz		
	§ Ausência de mecanismos que obriguem à rotatividade dos elementos de Júris de concurso	Fraco	§ Rotatividade dos elementos do Júri de concursos, de forma que não fiquem concentrados nos mesmos trabalhadores e dirigentes	Sim	Eficaz		
	§ Deficiente fundamentação dos atos de seleção de pessoal e dos resultados da avaliação face aos critérios previamente estabelecidos.		§ Publicitação dos documentos, designadamente atas, do procedimento	Sim	Eficaz		
	§ Ausência de controlo, registo e verificação indevida de faltas e ausências	Fraco	§ Sensibilização dos trabalhadores para o cumprimento das disposições legais e normas	Sim	Eficaz		
			§ Registo digital das entradas e saídas dos funcionários e respetiva conferência	Sim	Eficaz		
DSISC	Gestão de acessos	Fraco	§ Controlo regular da atividade desenvolvida por cada colaborador pela sua chefia direta no que respeita aos objetivos propostos ao avaliado	Sim	Eficaz		
			§ Existência das evidências do cumprimento dos objetivos	Sim	Eficaz		
	Gestão de acessos	Moderado	§ Definição de Política de Utilização de Recursos Informáticos e de Cibersegurança	Parcialmente adotada	Parcialmente eficaz	Em fase de consolidação para respetiva publicação.	2026
			§ Existência de mecanismos de autenticação e identificação	Sim	Eficaz		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

	§ Risco de utilização de dados dos sistemas de informação para fins privados		§ Controlo de perfis de acesso e Logs de acesso	Sim	Eficaz		
	§ Riscos de perda de informação, modificação ou adulteração de informação e de dados, incluindo sensíveis		§ Arquitetura de rede segura	Sim	Eficaz	Não foi possível abranger todos os sites. Alocar ou apoiar com mais recursos a realização deste medida.	Contínuo
	§ Acessos não adequados (seja por excesso ou por defeito) ao perfil funcional						
	§ Acesso indevido, furto e partilha de informação ou outros atos fraudulentos						
	§ Violação de dados pessoais						
Cibersegurança	§ Ciberataque	Moderado	§ Definição de Política de Utilização de Recursos Informáticos e de Cibersegurança	Parcialmente adotada	Parcialmente eficaz	Em fase de consolidação para respetiva publicação.	2026
	§ Ciberespionagem		§ Compliance com os normativos legais em matéria de cibersegurança incluindo o Decreto-Lei nº 65/2021	Sim	Eficaz		
	§ Intrusão em sistemas, infiltrações e entradas não autorizadas, crime digital ou atos fraudulentos		§ Enquadramento organizacional (atribuição de responsável pela cibersegurança)	Sim	Eficaz		
	§ Sabotagem de sistemas		§ Mecanismos de articulação com as entidades com competência/autoridade na matéria, incluindo CNCS	Sim	Eficaz		
	§ Chantagem, suborno, agressão ou extorsão		§ Implementação de controlos técnico em softwares/hardwares	Sim	Eficaz		
	§ Violação de dados pessoais		§ Definição de procedimentos de segurança da informação relacionada com os processos de desenvolvimento, gestão e operação	Sim	Eficaz		
Gestão de bens	§ Risco de apropriação indevida e desaparecimento de bens (hardware e software)	Fraco	§ Garantir a atualização dos inventários hardware/software	Sim	Eficaz		
			§ Garantir o registo do empréstimo de equipamentos informáticos	Sim	Eficaz		
Administração de Sistemas	§ Gestão deficitária dos acessos informáticos, particularmente quanto à garantia de segurança de passwords e acessos a sistemas com informações reservadas	Moderado	§ Definição de Política de Utilização de Recursos Informáticos e de Cibersegurança fazendo atualizações em função de verificação de necessidade de alterações	Parcialmente adotada	Parcialmente eficaz	Em fase de consolidação para respetiva publicação.	2026
	§ Vulnerabilidade dos processos de desenvolvimento, gestão e operação		§ Manual de cibersegurança	Parcialmente adotada	Parcialmente eficaz	Em fase de consolidação para respetiva publicação.	2026
			§ Compliance com os normativos legais	Sim	Eficaz		
			§ Definição de procedimentos de segurança da informação relacionada com os processos de desenvolvimento, gestão e operação	Sim	Eficaz		
Infraestruturas tecnológicas	§ Perda de informação e das operações em caso de desastre	Moderado	§ Sistema de monitorização implementado	Sim	Eficaz		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

		§ Erros/ falhas de backups		§ Procedimentos para recuperação da informação e das operações em caso de desastre	Sim	Eficaz		
				§ Medidas definidas de continuidade do negócio	Sim	Eficaz		
				§ Solução de Salvaguarda da Informação e de Disaster Recovery	Sim	Eficaz		
				§ Redundância dos equipamentos de suporte	Sim	Eficaz		
Infraestruturas tecnológicas		§ Danos deliberados ou acidentais nas infraestruturas/equipamentos	Fraco	§ Medidas definidas de continuidade do negócio	Sim	Eficaz		
		§ Acessos indevidos		§ Procedimentos para recuperação da informação e das operações	Sim	Eficaz		
				§ Definição de Política de Utilização de Recursos Informáticos e de Cibersegurança	Parcialmente adotada	Parcialmente eficaz	Em fase de consolidação para respetiva publicação.	2026
				§ Sistema de Monitorização de Acessos	Sim	Eficaz		
Infraestruturas tecnológicas		§ Obsolescência/ inadequação de equipamentos comprometendo a segurança e disponibilidade da informação e dados	Moderado	§ Garantir inventário de ativos atualizado e plano de substituição de equipamentos	Sim	Eficaz		
Assessoria		§ Assessoria informática e apoio à transição digital e à aquisição de SI ou TI	Fraco	§ Procedimentos que tenham em conta as boas práticas recomendadas e os princípios da concorrência, transparência e igualdade, em matéria de contratação pública	Sim	Eficaz		
				§ Definição de diretrizes e requisitos para a aquisição de sistemas de informação	Sim	Eficaz		
Comunicações		§ Vulnerabilidades dos sites a intrusões que ponham em causa a disponibilidade dos mesmos ou a confidencialidade/integridade da informação	Moderado	§ Definir procedimentos de segurança da informação para os sites alojados nos data centers	Sim	Eficaz		
				§ Políticas de gestão de rede	Sim	Eficaz		
				§ Sistema de monitorização	Sim	Eficaz		
Suporte ao utilizador		§ Suporte inadequado	Fraco	§ Elaboração e implementação de um manual de procedimentos de suporte ao utilizador, a integrar no manual de controlo interno	Sim	Eficaz		
				§ Formação adequada aos elementos de Service Desk	Sim	Eficaz		
DSTD	Elaboração, promoção e gestão projetos no domínio da transição digital	§ Conhecimentos técnicos desatualizados face a novas exigências técnicas e legislação/regulamentação aplicável;	Fraco	§ Promover ações de sensibilização e de formação	Parcialmente adotada	Parcialmente eficaz	Promover uma maior frequência de ações de formação nesta matéria.	Contínuo
		§ Violação dos deveres de imparcialidade, isenção e zelo		§ Divulgação código de ética e conduta	Sim	Eficaz		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

	<p>§ Ausência ou deficiente fundamentação ou manipulação de candidaturas e despesas para efeitos de elegibilidade e aprovação</p> <p>§ Conflitos de interesse</p> <p>§ Procedimentos irregulares que possam favorecer entidades externas ou trabalhadores</p>		<p>§ Segregação de funções</p> <p>§ Cumprimento da legislação e dos regulamentos em vigor</p> <p>§ Registo documental e acompanhamento contínuo dos resultados contratualizados e das condições fixadas a cada projeto</p> <p>§ Checklist de verificação de cumprimento de requisitos e procedimentos de controlo</p> <p>§ Articulação com as autoridades competentes na matéria</p>	Sim	Eficaz		
				Sim	Eficaz		
				Sim	Eficaz		
				Sim	Eficaz		
				Sim	Eficaz	Participação nas sessões formativas do PRR.	Contínuo
Implementação de medidas, iniciativas, projetos e programas europeus	§ Conhecimentos técnicos desatualizados face a novas exigências técnicas e legislação/regulamentação aplicável no âmbito dos projetos comunitários	Fraco	§ Promover ações de sensibilização e de formação	Sim	Eficaz		
	§ Ausência ou deficiente fundamentação ou manipulação de candidaturas e despesas para efeitos de elegibilidade e aprovação		§ Divulgação código de ética e conduta	Sim	Eficaz		
	§ Violação dos deveres de imparcialidade, isenção e zelo		§ Segregação de funções	Sim	Eficaz		
	§ Perda de financiamento ou aplicação de sanções		§ Checklist de verificação de cumprimento de requisitos e procedimentos de controlo	Sim	Eficaz		
			§ Cumprimento de normativos externos e legislação aplicável	Sim	Eficaz		
			§ Controlo e validação hierárquica	Sim	Eficaz		
			§ Reporte, auditoria e articulação com as autoridades/entidades competentes na matéria	Sim	Eficaz		
Sistemas de incentivos e subvenções	§ Violação dos deveres de imparcialidade, isenção e zelo	Fraco	§ Preparação de documentação e regulamentação de acesso aos incentivos devidamente enquadrados nos normativos e legislação aplicáveis	Sim	Eficaz		
	§ Favorecimento indevido		§ Avaliação de mérito com base em critérios de seleção predefinidos	Sim	Eficaz		
	§ Conflito de interesses		§ Análise totalmente suportada e evidenciada	Sim	Eficaz		
	§ Incorreta aplicação de critérios de elegibilidade		§ Verificação da conformidade dos termos de aceitação com a decisão de financiamento	Sim	Eficaz		
	§ Cálculo incorreto do benefício		§ Implementação de circuitos e fluxos com etapas diferenciadas e assegurando a segregação de funções	Sim	Eficaz		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

		§ Utilização de procedimentos informais ou quebra de confidencialidade		§ Diferentes níveis de decisão	Sim	Eficaz		
		§ Decisão e concessão não fundamentada ou documentada de incentivos, subsídios e subvenções		§ Desenvolvimento das atividades em SI	Sim	Eficaz		
				§ Assinatura de DICl e declaração de impedimentos	Sim	Eficaz		
				§ Reporte, auditoria e articulação com as autoridades/entidades competentes na matéria	Sim	Eficaz		
				§ Cumprimento de normativos externos e legislação aplicável e devido reporte / publicitação	Sim	Eficaz		
	Desenvolvimento de plataformas digitais de acesso a acervos de informação pública	§ Violação dos deveres de imparcialidade, isenção e zelo	Fraco	§ Utilização de recursos informáticos e de cibersegurança fazendo atualizações em função de verificação de necessidade de alterações	Sim	Eficaz		
		§ Conhecimentos técnicos desatualizados face a novas exigências técnicas e legislação/regulamentação aplicável		§ Compliance com os normativos legais	Sim	Eficaz		
		§ Deficiente avaliação das necessidades		§ Definição de procedimentos de segurança da informação relacionada com os processos de desenvolvimento	Sim	Eficaz		
		§ Quebra de confidencialidade		§ Checklist de verificação de cumprimento de requisitos e procedimentos de controlo	Sim	Eficaz		
		§ Participação de intervenientes de outras entidades						